



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

Processo n.º 00178925020218172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GILSON BARBOSA LIMA E OUTROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Em que pese os autores comprovarem que são os únicos irmãos do falecido vivos, ainda não restou devidamente comprovado o direito dos mesos à indenização pleiteada.

Isso se diz porque Gilvanise e Gedeildo não efetuaram requerimento administrativo, portanto, não carece interesse de agir para propor a presente ação.

Com a falta do requerimento, não houve causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, logo considerando que o sinistro se deu em **05/11/2017** e a presente ação distribuída somente em **16/03/2021**, houve o decurso do prazo prescricional de 3 anos.

Dessa forma, cabe o reconhecimento do decurso do prazo legal, culminando a ocorrência da prescrição.

Diante dos fundamentos expostos, ratifica as teses de defesa apresentadas na presente bem como na Contestação a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 4 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

